



32

[Handwritten signature]

**ATA Nº 8/2019 DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE
CHAMUSCA, REALIZADA NO DIA 11 DE SETEMBRO DE 2019, NO SALÃO
NOBRE DO EDIFÍCIO PAÇOS DO CONCELHO**

--PRESENÇAS: -----

--Assembleia Municipal -----

--Bancada do PS: -----

--Presidente da Assembleia Municipal, Joaquim José Duarte Garrido; -----

--Primeiro Secretário, Maria Inês Fernandes Ribeiro; -----

--Segundo Secretário, Pedro Miguel Martins Braz; -----

--Pedro Alexandre Carvalho Oliveira Pinhal substituído por Ana Filipa Neves Mendes; -----

--Nuno Jorge Lino Mira; -----

--Celina Raquel Bacalhau de Moura; -----

--Carla Virgínia Cipriano dos Santos; -----

--Tiago Miguel de Vasconcelos Fontes Barbosa; -----

--Joel Nunes Marques (Presidente da Junta de Freguesia da Carregueira) substituído por Rui Jorge Martins Gonçalves; -----

--Bruno Miguel Marques de Oliveira (Presidente da União de Freguesias da Parreira e Chouto); -----

--Mário João Amaro Ferreira (Presidente da Junta de Freguesia de Ulme); -----

--José Lourenço Vieira Trindade (Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Cavalos); -----

--Bancada da CDU – Coligação Democrática Unitária PCP-PEV, doravante “CDU”:

--José Joaquim de Jesus Braz; -----

--Maria Manuela Luz Marques; -----

--Rui Miguel Oliveira da Cruz substituído por Carla Cristina Martins Magalhães Marques; -----



Assembleia Municipal de Chamusca

- Ana Cristina Frazão Costa; -----
- Bancada da “Coligação Chamusca é o Meu Partido” – PPD/PSD – CDS-PP,
doravante “Coligação Chamusca é o Meu Partido”: -----
- Manuel Tiago Neto Pestana Prestes; -----
- Silvina Maria Frias Fernandes; -----
- Nuno Miguel Fernandes de Jesus; -----
- Rui Miguel Azevedo Martinho (Presidente da União de Freguesias da Chamusca e
Pinheiro Grande). -----
- Câmara Municipal:** -----
- Presidente da Câmara Municipal, Paulo Jorge Mira Lucas Cegonho Queimado; -----
- Vereadores: Cláudia Patrícia Alves Moreira; -----
- Gisela Maria Azevedo Trincão Matias; -----
- Rui Filipe Rodrigues Ferreira; -----
- Rui Miguel Garrido Conde Andrade Rufino. -----
- SECRETARIOU:** -----
- A Primeira Secretária da Assembleia Municipal Maria Inês Fernandes Ribeiro. -----
- A **Ordem de Trabalhos da Sessão da Assembleia Municipal**, antecipadamente
remetida a todos os Eleitos, nos termos da alínea c) do artigo 29º do Regime Jurídico
das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro, foi a seguinte:
- ORDEM DE TRABALHOS**-----
- DOCUMENTOS / INFORMAÇÃO/ CONHECIMENTO**-----
- 1 – Votação das alterações à Ata nº 2/2019; -----
- 2 – Relatório de Atividades do Executivo Municipal; -----
- DOCUMENTOS / APROVAÇÃO**-----
- 3 – Propostas de Fixação de Impostos Locais: -----
- a) Taxa Municipal de Direitos de Passagem; -----



[Handwritten signatures]

- b) *Imposto Municipal sobre Imóveis*; -----
- c) *Participação Variável de IRS*; -----
- d) *Lançamento de Derrama*. -----
- 4 – Transferência de Competência para as Autarquias Locais previstas nos Diplomas Setoriais para o ano de 2020:** -----
- a) *Justiça, nos termos do Decreto-lei n.º 101/2018, de 29 de novembro*; -----
- b) *Do Estacionamento Público, nos termos do Decreto-lei n.º 107/2018, de 29 de novembro*; -----
- c) *Educação nos termos do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro*; -----
- Da Saúde nos termos do Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30/01/2019. -----
- 5– Transferência de Competências para as Entidades Intermunicipais para ano de 2020 nas seguintes áreas sectoriais:** -----
- a) *Justiça nos termos do Decreto-Lei n.º 101/2018, de 29 de novembro*; -----
- b) *Associações de Bombeiros nos termos do Decreto-Lei n.º 103/2018, de 29 de novembro*; -----
- c) *Educação (DL n.º 21/2019, de 30/01/2019)*; -----
- d) *Saúde (DL n.º 23/2019, de 30/01/2019)*. -----
- 6 – Transferência de Competências dos Municípios para os Órgãos das Freguesias**
-- Proposta de Deliberação de não transferir as competências apresentadas no n.º 1 do artigo 2º do Decreto-Lei n.º 57/2019 de 30 de abril, por não se encontrarem reunidas as condições para a sua implementação. -----
- 7 – Regulamento do Mercado Municipal da Chamusca.** -----
- 8 – Plano Estratégico de Reabilitação Urbana (PERU) da ARU do Arripiado.** -----
- 9 – Protocolos de Colaboração Administrativa e Financeira (Transportes Escolares – ano letivo 2019/2020) entre Município da Chamusca:** -----
- a) *Freguesia de Vale de Cavalos*; -----



Assembleia Municipal de Chamusca

--b) *Freguesia de Carregueira;* -----

--c) *União das Freguesias de Parreira e Chouto.* -----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

--O Senhor Presidente da Mesa antes de consultar o plenário sobre possíveis intervenções identificou as ausências e respetivas substituições que considerou devidamente justificadas. Falando das alterações, solicitadas pela Bancada da CDU, à ata 2/2019 indagou se as consideravam corretas tendo o Eleito José Joaquim de Jesus Braz anuído. -----

--Passando-se às intervenções Nuno Jorge Lino Mira, PS, cumprimentando os presentes apresentou o *Voto de Louvor* que se transcreve: -----

-----**“Voto de Louvor a José Albano Cid Ferreira Tavares**-----

--O Concelho da Chamusca é um concelho de cultura, fértil na produção de músicos e artistas de qualidade, reconhecidos a nível nacional e internacional, sendo o Chamusquense José Albano Cid Ferreira Tavares, popularmente conhecido por José Cid, uma das maiores figuras da música nacional portuguesa dos últimos cinquenta anos. A distinção da Academia Latina, através do Grammy por Excelência Musical dois mil e dezanove, é a confirmação que no Concelho da Chamusca nasceu um dos mais importantes e prestigiados músicos latinos do mundo, merecendo esta distinção pela realização de contribuições de significado artístico excecional para a música latina. A determinação, a perseverança e o sucesso do músico, poeta e autor, devem servir de inspiração para todos aqueles que lutam pelos seus sonhos. A carreira e o êxito de José Cid são um motivo de orgulho para todos os portugueses, em especial, para todos os Chamusquenses. -----

--Apresentado pelo eleito Nuno Mira, da bancada do Partido Socialista, à Assembleia Municipal da Chamusca, a onze de setembro de dois mil e dezanove.” -----

--Apresentando as suas saudações e dando conta da similar intenção da Bancada da



Handwritten signature and initials in blue ink.

CDU, Maria Manuela Luz Marques propôs que o honorificado fosse felicitado, pessoalmente, pelo Senhor Presidente da Assembleia e por um representante de cada força política, com assento na Assembleia Municipal, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho. -----

--Assim e nada mais surgindo o Voto de Louvor e a mencionada proposta foram aceites por unanimidade. -----

--Pela Bancada da Coligação Chamusca é o Meu Partido, Silvina Maria Frias Fernandes, questionou sobre o ponto de situação da intervenção na estrada do Pereiro e sobre o programa de educação parental positivo e consciente, desenvolvido pela equipa multidisciplinar de intervenção comunitária, qual a avaliação feita a nível das outras Freguesias sabendo que na Chamusca não se realizou e porquê. -----

--Cumprimentando todos, o Senhor Presidente da Câmara Municipal respondeu estar a ser desenvolvida a segunda fase do projeto técnico de requalificação entre Ulme e o Semideiro e que já decorrem contactos com as entidades bancárias no sentido de fazer o empréstimo. -----

--Relativamente à segunda questão pediu autorização para que fosse a Senhora Vice-Presidente a esclarecer, passando esta a explicar que numa fase inicial no âmbito do programa inovador de combate ao insucesso escolar da Comunidade da Lezíria da ação foram feitas sessões de esclarecimento em todas as freguesias sobre parentalidade positiva, para todos os pais de crianças em idade pré escolar, tendo surgido apenas no Pinheiro Grande a hipótese de criar grupo de pais. Dada a exigência do programa a adesão dos pais foi nula nas outras freguesias pela dificuldade em assumirem o compromisso de uma sessão semanal durante catorze semanas, assim este ano letivo irão ser propostas duas sessões mensais, informou, ainda, que irão avançar com sessões de esclarecimento para os pais das crianças de primeiro e segundo ciclo e que têm decorrido seminários pontuais de parentalidade positiva. -----



Assembleia Municipal de Chamusca

--No Pinheiro Grande o grupo de pais cumpriu o programa na íntegra, sem desistências, e o feedback foi muito positivo, irão ser feitas sessões de acompanhamento de modo a verificar se o programa foi útil ou não e se têm algumas propostas a apresentar. -----

--A Eleita Silvina Maria Frias Fernandes solicitou o envio do relatório da avaliação para que de algum modo possam analisar e ajudar intervindo junto dos pais. -----

--Usando da palavra Maria Manuela Luz Marques, CDU, sobre o tema gostaria de saber qual o número mínimo de pais para que o programa se possa efetivar, uma vez que em certos locais o número de crianças é muito reduzido e se o programa não poderia ser conciliado para o pré-escolar e primeiro ciclo nestes lugares. -----

--Respondendo a Senhora Vice-Presidente que na altura em que se iniciaram as sessões já tinham a noção do número reduzido de crianças, sendo que o mínimo de pais é de oito, em Ulme o grupo avançou mas perdeu-se porque alguns pais desistiram, quanto aos locais com menos crianças foi equacionado o assunto e decidido continuar apenas com os seminários. -----

--O grupo de pais está incluído nas ações que a EMIC tem vindo a desenvolver e com o intuito de chegar sempre, de alguma forma, aos pais em articulação com a CPCJ e o SNIPI, no entanto irão continuar a insistir nos grupos de pais fazendo adaptações na tentativa de outros resultados. -----

--Referindo a colaboração das entidades focadas, Maria Manuela Luz Marques, CDU, salienta o envolvimento EMAEI (Equipas Multidisciplinares de Apoio à Educação Inclusiva) no acompanhamento de muitos dos meninos que estão nestes programas, considerando que a partilha potencia os recursos. -----

--Pelo PS, Nuno Jorge Lino Mira perguntou qual o ponto de situação do Centro de Saúde do Mercado Municipal e o Centro de Dia do Semideiro. -----

--Em relação ao Centro de Saúde da Chamusca o Senhor Presidente da Câmara



Handwritten signature in blue ink.

Municipal respondeu que após reformulação o projeto foi remetido para apreciação prévia, estando de momento a aguardar resposta para que possam proceder ao projeto final e submeter a concurso. -----

--Quanto ao Mercado Municipal foi necessária a reestruturação elétrica de uma zona interna, que requereu projeto técnico próprio e que se aguarda para avançar com a última fase. Sobre o Centro de Dia do Semideiro não tem nada de novo, informou, ainda, que na EBI do Semideiro as obras estão a decorrer e que dado o adiantamento das obras da CASULME está pensada uma visita e a formalização do protocolo de exploração com vista ao apoio comunitária da população. -----

--José Joaquim de Jesus Braz, CDU, disse que o Senhor Presidente da Assembleia desta feita agiu de modo diferente não auscultado primeiro as forças políticas e que apesar de se atravessar uma “onda” de competências eles não delegaram as suas intervenções, daí apresentar os documentos que se transcrevem e para os quais pretende respostas, assim: -----

--“Rede viária -----

--O nosso concelho tem uma rede viária que serve os campos agrícolas e as florestas com cerca de 300 Km. -----

--Como temos chamado a atenção nesta AM, a rede viária presta um serviço fundamental para o trânsito local e regional nos campos e na floresta como ponto de passagem do nosso concelho para outras regiões vizinhas. -----

--É fundamental mantê-la em bom estado de conservação, para prestar este serviço de qualidade à economia local e regional, nas acessibilidades entre o nosso concelho e os concelhos limítrofes. -----

--A economia concelhia e regional, depauperada pela interioridade, fica ainda mais fragilizada se as deixarmos ao abandono e sem manutenção. -----

--O executivo já assumiu nesta AM que a nossa rede viária constitui prioridade para -----



o município, com o objetivo de melhorar o estado de conservação da nossa extensa rede viária, atendendo à sua importância. -----

--Questão 1: - Para quando temos o projeto/proposta de requalificação das estradas municipais do Pereiro/Ulme e de Ulme/Semideiro, mesmo recorrendo a empréstimo bancário, como referiu o senhor presidente no início do ano? -----

--Questão 2 – Ponto da situação sobre a limpeza de terrenos e bermas das estradas municipais e dos terrenos municipais dentro e fora do perímetro urbano das nossas principais freguesias, para prevenção de fogos:” -----

--“OS SERVIÇOS DE SAÚDE NO CONCELHO DA CHAMUSCA -----

--Após várias diligências junto dos responsáveis pelos serviços de saúde local e regional para manifestar as preocupações com o encerramento de algumas extensões de saúde, foi-nos prometido acerca de dois anos a resolução dos problemas de saúde (médicos de família para todos, atendimento facilitado às populações pelas USFs, que sem ovos não podem fazer omeletas). -----

--Consideramos que: -----

-- - A saúde é um direito, consagrado na constituição da república portuguesa; -----

-- - A população do concelho tem os mesmos direitos aos serviços de saúde que os grandes centros urbanas; -----

-- - A situação dos serviços de saúde tem piorado, com a redução dos médicos de saúde familiar; -----

-- - Os munícipes das freguesias estão a deslocar-se ao Centro de Saúde da sede do concelho com uma capacidade frágil de atendimento; -----

-- - Os responsáveis do sector, entre os quais a diretora do ACES, prometeram apresentar soluções para esta situação; -----

-- - As características geográficas e sociais do concelho, as enormes distâncias entre as freguesias e a sede de concelho; -----



[Handwritten signature]

-- - *A inexistência de transportes públicos diários e regulares, uma população envelhecida e de fracos recursos, com as reformas baixas do sector agrícola e florestal, merecem uma preocupação mais séria na resolução da situação; -----*

-- - *O apoio do município à contratação de dois novos médicos estrangeiros; -----*

--*Os eleitos da CDU e, para não entrarmos em populismos, as restantes forças políticas nesta Assembleia têm solicitado, através da mesa da AM à CM, a sua preocupação sobre o estado dos serviços de saúde no concelho. -----*

--*Passaram dois anos do atual mandato. -----*

--*Senhor Presidente para quando a melhoria real dos serviços de saúde do concelho?*

--*Esta é uma preocupação real que não deixaremos cair no esquecimento, por mais festas que se organizem no concelho, consideramos a saúde é um bem precioso e uma prioridade. -----*

--*Questão 3 – Centro de Interpretação do Tejo -----*

--*Consideramos importante para a cultura concelhia o projeto de um Centro de Interpretação do Tejo, com a requalificação da zona ribeirinha ao logo do concelho, desde o Patação (Alpiarça) até ao Almourol (Arripiado). -----*

--*Estamos de costas voltadas para o rio Tejo, que ao longo dos séculos desempenhou um papel fundamental na vida cultural, social e económica do Ribatejo, ao qual pertencemos. -----*

--*Ainda temos entre nós muitos descendentes dos avieiros, ciganos do rio, como lhes chamou Alves Redol, que nos podem testemunhar muitos dos hábitos e costumes destas populações que fazem parte da nossa memória coletiva. -----*

--*Para quando a apresentação pública deste Projeto? -----*

--*O executivo tem refletido sobre esta temática? -----*

--*Qual o papel do edifício Abelha (adquirido pelo município) neste projeto? -----*

--*Qual o ponto da situação das candidaturas apresentadas para a requalificação de -----*



toda a nossa zona ribeirinha? -----

--Que parcerias temos estabelecidas e quais os principais contributos para o projeto?

--A população está a par deste interesse concelhio?" -----

--Tomando a palavra o Senhor Presidente da Câmara referindo que o Executivo comunga das mesmas preocupações e agradeceu à CDU as questões apresentadas dada a sua pertinência. -----

--A situação da saúde é preocupante, havia a expectativa de que ficassem por cá dois médicos o que não aconteceu, de momento há uma médica contratada que tenta colmatar algumas falhas, até porque decorre o período de férias. Ressalvou o esforço e empenho do Município ao ceder terreno e projeto para que as obras do novo Centro de Saúde avancem o mais rápido possível, crê que as novas infraestruturas trarão aos médicos motivação e gosto em ficar por cá. -----

--Quanto à limpeza de terrenos e bermas há locais que já foram limpos pela terceira vez durante a época, houveram muitas notificações e os proprietários que cumpriram em grande parte, existem de momento algumas dificuldades em terrenos dos Estado que tem vindo a solicitar ao Município a execução da limpeza fazendo depois a transferência da verba, daí estarem a ser desenvolvidos procedimentos para que até final de setembro sejam feitas essas limpezas. Atenta que o Concelho pelo terceiro ano consecutivo foi poupado aos incêndios muito por força da gestão florestal, destacou e agradeceu às associações de produtores florestais, à GNR na sua força do GIPS, ao Exército Português pelas brigadas de fiscalização, também à polícia judiciária sempre presente e logicamente aos serviços de proteção civil que são incansáveis na articulação de todos os meios. -----

--Referiu que o Centro de Interpretação do Tejo se trata apenas de um projeto candidatado que integra uma rede de Centros de Interpretação do Tejo, com vários parceiros interessados em colaborar no desenvolvimento de conteúdos. Será uma ação



Handwritten signature in blue ink.

que englobará a origem do rio, a sua história ao longo dos anos e os problemas ambientais, é um projeto entre outros “virados” para o Tejo tal como o da requalificação da zona ribeirinha, no Arripiado, e dos diques, sendo que as obras destes últimos já foram concluídas. -----

--Intervindo de novo José Joaquim Jesus Braz, CDU, considera que o sermos do interior e termos uma unidade de saúde rudimentar não são argumentos plausíveis porque “a qualidade dos homens, a motivação, a afetividade e o empenho são muito mais importantes que todas as tecnologias e obras”. -----

--Pensa ser muito mais importante o gosto pela profissão, o contacto e a afetividade com os doentes do que as novas tecnologias. -----

--Maria Manuela Luz Marques, CDU, questionou se já se iniciaram os estudos de viabilidade dos dois edifícios para arquivo municipal e qual o ponto de situação do antigo centro regional de artesanato e futura casa das artes. Demonstrou a sua satisfação quanto à recomendação feita ao Senhor Presidente da Câmara em adequar os projetos à nossa dimensão, pensa ser fundamental porque não são os grandes projetos que fazem a diferença mas sim a qualidade das pessoas e a capacidade que têm em os delinear. -----

--Relativamente ao arquivo municipal o Senhor Presidente da Câmara esclareceu que irá ser proposto à apreciação dos arquitetos um pré-projecto, que apresentou como desafio a uma jovem arquiteta estagiária da Chamusca e que lhe parece estar muito interessante e adequado ao pretendido. -----

--Quanto à Casa das Artes e Ofícios foi pedida a realização de um pequeno ajuste ao projeto, por parte do Turismo de Portugal, nomeadamente a criação de um espaço para receber grupos e ter artesãos que demonstrem e permitam às pessoas vivenciar certas experiências e costumes. -----

--PS, Bruno Miguel Marques de Oliveira considera que a rede viária entre Ulme e



Semideiro é uma prioridade porém não é única, todo o Concelho padece desse problema. Assim sugeriu que o Executivo pondere no investimento em recursos humanos e maquinaria que permita através de administração direta fazer mais obras e estradas. -----

--Lamentou o estado precário da rede viária do Concelho, nomeadamente na zona da Parreira, referindo os quão importantes são as obras de saneamento frisou a conveniente reparação das estradas posteriormente. Reconhece a ausência de capacidade de resposta das Águas do Ribatejo e considera vergonhoso que esta se limite a passar as obrigações para os órgãos autárquicos. -----

--Concordando plenamente com o proferido o Senhor Presidente da Câmara esclareceu estar a ser realizado um estudo para aquisição de uma máquina pavimentadora, a outra maquinaria, tipo a fresadora de asfalto ou um cilindro grande, pode ser alugada e possuindo o Município uma boa equipa na reposição de alcatrão de facto podem ser uma mais-valia estes investimentos. -----

--Sobre as estradas e as Águas do Ribatejo têm havido conversações porém infelizmente a situação é comum a todos os concelhos, é de facto uma vergonha porque não se trata somente de colocar a água e o saneamento mas também da conclusão das respetivas obras para que hajam plenas condições de acessibilidade. -----

--Abordando a questão da saúde reconhece que a Parreira e o Chouto tem sido muito afetado, supõe que a diferença das realidades entre o interior e os grandes centros urbanos é a dificuldade com maior peso para que não se consigam captar médicos para aqui. -----

-----ORDEM DO DIA-----

-----DOCUMENTOS / INFORMAÇÃO / CONHECIMENTO-----

--2 – Relatório de Atividades do Executivo Municipal; -----

--Retomando a palavra o Senhor Presidente da Câmara fez uma explicação sumária do



13
P
7

assunto com base na documentação entregue e colocou-se à disposição, assim como ao restante executivo para eventuais dúvidas. -----

--José Joaquim de Jesus Braz, CDU, apresentou algumas questões: -----

--Porque não está referido no terceiro trimestre de 2019 o tempo que demora o pagamento de fracturação, sendo que no quarto trimestre de 2018 era de um dia. -----

--Voltando ao tema das contas da Ascensão, solicitadas há três meses, pediu o ponto de situação. -----

--Dizendo, que apesar de se verificarem pagamentos de avenças a advogados, questionou porque é que ainda não foi apresentado o parecer sobre a legalidade ou não da aquisição do edifício dos herdeiros do Dr. Francisco Romão. -----

--Constatando o valor pago em horas extraordinárias, ainda que percebendo o porquê, diz que se ressentem perante as críticas que sofreram quando estavam no Executivo. -- Sobre os encargos com a saúde solicitou elucidação porque não se encontram devidamente explanadas no documento. -----

--Estando o pessoal dos quadros, a tarefas e avenças devidamente identificados, já o pessoal em qualquer outra situação não apresenta qualquer fundamentação, qual o motivo? -----

--Qual a situação do furo de captação de água da zona de atividades económicas. -----

--Acerca da Ação Social perguntou se a diminuição de atendimentos e visitas domiciliárias em agosto, apenas duas, está relacionada com as férias ou se as famílias carenciadas deixaram de existir? -----

--Pela mesma Bancada Maria Manuela Luz Marques perguntou se já há algum técnico social em substituição da Dr.ª Patricia Cunha. -----

--Para quando o próximo Conselho Municipal de Segurança. -----

--Por fim gostaria de saber porque não há, ainda, nenhum emprego de inserção, quando foi informado na última sessão que estariam para breve cinco. -----



--Sobre a limpeza dos contentores pensa que o protocolo continua e que são quatro limpezas por ano, identificadas pela colagem de selos colados, ora na sua Freguesia os contentores tem somente um selo, facto que lamenta esperando que pelo menos a última limpeza do ano seja executada. -----

--Acerca das execuções de pavimentações de calçada portuguesa, constantes do relatório, José Joaquim de Jesus Braz, CDU recomendou, que ao contrário do já observado, sejam mantidos os padrões centenários deveras importantes na nossa história. -----

--O Senhor Presidente da Câmara começou por explicar relativamente às intervenções na de calçada portuguesa foram apenas pequenos reparos para evitar que alguém se magoasse, de momento decorre o levantamento e a reposição de toda a calçada no jardim do coreto, por um calceteiro especialista. -----

--Em relação à limpeza de contentores foram feitas duas limpezas este ano, não em todas as zonas, foi identificada agora com a RESITEJO é que não foi feito este ano o procedimento para a lavagem de contentores, nem pela parte da empresa nem pelo Município, situação que estão a colmatar atualmente com uma limpeza no final do ano. Quanto ao emprego de inserção existem cinco vagas abertas porém as pessoas que estão em candidatura não se adequam às necessidades do Município. Aliás presentemente o Município atravessa uma face difícil com falta de recursos humanos, nomeadamente técnicos superiores, por motivo de férias, licenças de maternidade, paternidade e baixas... A juntar a tudo isto houve um pedido de mobilidade de uma técnica de ação social o que levou a não ter ninguém ao serviço daí a falta de atendimentos e de visitas domiciliárias, decorrendo de momento os procedimentos para a resolução destas situações. -----

--Sobre o Conselho Municipal de Segurança tem estado a aguardar o desenvolvimento no Plano de Emergência Municipal e de Proteção Civil para que o próprio Conselho se



12
X
J

possa pronunciar. -----

--Quanto às outras questões sobre os valores, nomeadamente as horas extraordinárias estão relacionadas com o problema das já justificadas ausências nos serviços e do trabalho, também com os fins de semana em que as associações solicitam muito apoio do Município para os diversos eventos principalmente entre maio e setembro. -----

--Disse que os encargos com a saúde incluem todas as despesas que o Município tem com a saúde efetivamente, e depois há os outros relacionados com a ADSE e a Segurança Social. -----

-- Já tudo o que se prende com a rubrica com o pessoal em qualquer outra situação (tarefa ou avença) disse que poderá enviar informação sobre isso. -----

--Nuno Miguel Fernandes de Jesus, Coligação Chamusca é o Meu o Partido, referenciando a mudança das luminárias da iluminação para LED nos postes pública, perguntou se esta alteração se estende às lanternas espalhadas pela Vila, respondendo o Senhor Presidente da Câmara que de facto a intenção é fazer essa modificação numa segunda fase. -----

--Antes de prosseguir os trabalhos o Senhor Presidente da Assembleia explicou haverem atas em atraso devido a férias e a doença, situação que espera ver resolvida até à próxima sessão ordinária. -----

-----**DOCUMENTOS / APROVAÇÃO**-----

--3 – Propostas de Fixação de Impostos Locais: -----

--O Senhor Presidente da Câmara Municipal esclareceu que se trata basicamente das propostas para manter, em 2020, os valores dos impostos municipais e locais aplicados em 2019. -----

--Usando da palavra Silvina Maria Frias Fernandes, pela bancada da Coligação Chamusca é o Meu Partido interrogou se o Município já equacionou reduzir a taxa de derrama às empresas sediadas no Concelho com volume de negócios igual ou superior



a duzentos mil euros anuais, surtindo como contrapartida o aumento de investimento e criação de postos de trabalho. -----

--Esclareceu o Senhor Presidente da Câmara que o valor máximo permitido é de cento e cinquenta mil euros sendo que a taxa já foi fixada pelo máximo. -----

--Nada mais surgindo procedeu-se de imediato à votação, assim: -----

--a) Taxa Municipal de Direitos de Passagem -----

*--Deliberou a Assembleia Municipal **Aprovar** por unanimidade nos termos do disposto do n.º 3 do artigo 106 da Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro, e à semelhança dos anos anteriores, **fixar a Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) em 0,25%.** -----*

--b) Imposto Municipal sobre Imóveis; -----

--Perante a proposta de deliberação apresentada pelo senhor Presidente da Câmara Municipal, que se transcreve: -----

--“Considerando que: -----

--Nos termos das alíneas c) e d) do n.º 1, do artigo n.º 25º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, deliberar em matéria de exercício dos poderes tributários do Município e fixar anualmente o valor da taxa do IMI, bem como autorizar o lançamento de derramas. -----

--Uma das atribuições dos Municípios é a fixação, isenção, redução ou majoração das taxas dos impostos municipais sobre imóveis, nos termos do artigo 112º do CIMI. ---

Ao valor patrimonial tributário, isto é, o valor que consta da matriz predial das Finanças, de todos os prédios que o sujeito passivo tenha a nível nacional, são aplicáveis as seguintes taxas: -----

--Prédios rústicos: 0,8% -----

--Prédios Urbanos: 0,3% a 0,45%, mediante deliberação da Assembleia Municipal. --

--O artigo 112.º-A do CIMI estabelece que os municípios, mediante deliberação da



[Handwritten signature]

Assembleia Municipal, podem fixar uma redução da taxa do imposto municipal sobre imóveis que vigorar no ano a que respeita o imposto, a aplicar ao prédio ou parte de prédio urbano destinado a habitação própria e permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar, e que seja efetivamente afeto a tal fim, atendendo ao número de dependentes que, nos termos do Código do IRS, compõem o respetivo agregado familiar. -----

--O Concelho da Chamusca tem apresentado uma diminuição significativa de habitantes nas últimas décadas, e que a fixação das famílias e habitantes é fundamental para a manutenção para os serviços básicos de proximidade. -----

--Numa altura em que as famílias sofrem grandes dificuldades financeiras, sobretudo com agregados familiares com dependentes a seu cargo, proponho que a Câmara Municipal aprecie e delibere submeter à deliberação da Assembleia Municipal, nos termos da legislação aplicável que: -----

--1- A taxa de IMI a fixar para o ano de 2019, a receber em 2020, referente aos prédios urbanos, se mantenha nos 0,3%. -----

--2 - Que os prédios de sujeitos passivos com dependentes a cargo, se fixe a redução da taxa com dedução fixa em: -----

-- - 20 euros para 1 dependente a cargo -----

-- - 40 euros para 2 dependentes a cargo -----

-- - 70 euros para 3 ou mais dependentes a cargo.” -----

*--A Assembleia Municipal votou e **Aprovou** por unanimidade a presente proposta. -----*

--c) Participação Variável de IRS -----

*--À semelhança das anteriores e nos termos do artigo 26º da Lei 73/2013, de 3 de setembro, a Assembleia Municipal **Aprovou**, por unanimidade, manter a percentagem da **Participação Variável de IRS**, referente aos rendimentos de dois mil e vinte, em cinco por cento. -----*



--d) Lançamento de Derrama. -----

--Assim considerando a proposta de deliberação apresentada pelo Senhor Presidente da Câmara e aprovada em reunião de Câmara: -----

--“Nos termos das alíneas c) e d) do n.º 1, do artigo n.º 25º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, deliberar em matéria de exercício dos poderes tributários do Município e fixar anualmente o valor da taxa do IMI, bem como autorizar o lançamento de derramas. -----

--Nos termos do n.º 1 do artigo 18º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, com as posteriores alterações, que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI), os municípios podem deliberar lançar uma derrama até ao limite máximo de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC), que corresponda à proporção do rendimento gerado na sua área geográfica por sujeitos passivos residentes em território português que exerçam, a título principal, uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola e não residentes com estabelecimento estável neste território. -----

--Conforme previsto no artigo 18º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (RFALEI), a Assembleia Municipal pode, por proposta da câmara municipal, deliberar lançar uma taxa reduzida de derrama para os sujeitos passivos com um volume de negócio no ano anterior que não ultrapasse €150 000. -----

--A Lei permite coexistir duas taxas (derrama) no mesmo Município, isto é, a taxa normal, aplicável à generalidade das empresas e uma taxa reduzida aplicável apenas ao universo de empresas acima referidas (volume de negócio não ultrapasse €150.000). -----

--O artigo 18º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro (RFALEI), estabelece que a



19 c
X
Z

deliberação dos municípios referente ao lançamento da derrama, deve ser comunicada por via eletrónica pela Camara Municipal à AT no ano anterior ao da cobrança por parte dos serviços competentes do Estado. -----

--O Concelho da Chamusca tem vindo a recuperar o tecido empresarial, gerador de emprego e sustentabilidade das famílias, numa altura em que as empresas sofrem grandes dificuldades financeiras, e que tentam por todos os meios ultrapassar esta fase. -----

--Assim, com base nos considerandos acima vertidos, proponho que a Câmara Municipal delibere, nos termos da legislação aplicável, apreciar e deliberar remeter à Assembleia Municipal: -----

-- Que o lançamento de derrama para o ano de 2019, a receber em 2020, se mantenha nos 1,05% sobre o lucro tributável sujeito a IRC. -----

-- Na mesma medida de apoio à economia local que os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse 150 000 euros, sejam isentos de lançamento de derrama durante 1 (um) ano.” -----

Também, por unanimidade esta proposta foi Aprovada pela Assembleia Municipal. ----

--3 – Transferência de Competência para as Autarquias Locais previstas nos Diplomas Setoriais para o ano de 2020: -----

--O Senhor Presidente da Câmara explicou que após análise do primeiro ano de transferências de competências o apuramento da gestão foi bom e o impacto direto a nível de custos ou trabalho foi praticamente nulo. -----

--Assim em relação à Justiça, nos termos do Decreto-lei n.º 101/2018, de 29 de novembro, referiu a não obrigação de criar funções mas sim de manter o acompanhamento social e os parecer nos casos de justiça daí não residir nenhum inconveniente em aceitar a competência. -----

--Quanto ao Estacionamento Público, nos termos do Decreto-lei n.º 107/2018, de 29 de



novembro, não vê qualquer problema na sua aceitação uma vez que a competência continua a ser da GNR e existe a perspectiva de a passar para a Comunidade intermunicipal. -----

--Sobre as competências da Educação, nos termos do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, é proposta a sua aceitação para o ano dois mil e vinte, havendo na educação a facilidade da transferência do edifício da escola sede para a gestão do Município e do pessoal, assistentes técnicos ou operacionais exigidos para cumprimento de rácios dispostos em legislação. Sendo que após junção das pressupostas condições será assinado um auto que efetiva a transferência das competências com o pessoal. -----

--Ao serem aceites as competências da Saúde, nos termos do Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30/01/2019, passará a subsistir a gestão dos edifícios, que embora sem deter a competência o Município já assume, principalmente a nível das Freguesias com a manutenção das extensões de saúde, quanto ao pessoal, o problema é igual ao anterior, enquanto não houver assinatura do auto o assunto não se efetiva. -----

--Considera que o Município reúne, atualmente, as condições para assumir estas competências e também ganhará maior legitimidade para poder negociar. -----

--Pela Bancada do PS, Nuno Jorge Lino Mira disse: -----

--“A transferência de competências é uma das grandes bandeiras do Partido Socialista, nós acreditamos que as autarquias locais pela questão da proximidade com os cidadãos conseguem prestar um melhor serviço estão mais próximas dos cidadãos, tem um melhor conhecimento das verdadeiras necessidades dos cidadãos, um melhor conhecimento do terreno e portanto são quem consegue prestar os melhores serviços às populações. O ano passado optamos por não aprovar todas as transferências de competências por uma questão de precaução, não sabíamos exatamente como é que ia correr esta transferência de competências. De qualquer das formas em dois mil e vinte e um teremos que aceitar todas as competências e aqui nos casos onde há



152
J

transferências monetárias a realizar para os municípios não é por nós aprovarmos agora a transferência de competências, ela vai ser feita de qualquer forma, portanto depois de aprovarmos esta transferência de competências azo de negociação por parte do Senhor Presidente da Câmara e do Executivo Municipal com o Governo para a transferência de competências, portanto o Partido Socialista vai aprovar a transferência de competências do ponto quatro.” -----

--CDU, Maria Manuela Luz Marques mostra-se admirada com a “extraordinária” mudança de opinião desde vinte sete de junho até hoje, tendo sido dito na altura, pelo Senhor Presidente da Câmara, não existirem condições para aceitar estas transferências, principalmente as da Saúde e da Educação. Reconhecendo que nada mudou não compreende a ligeireza da apresentação, que aparenta que as transferências de competências se resumem aos edifícios e ao pessoal o que não é verdade, pois o assumir desta transferência traz muitas outras coisas. Deste modo gostaria de saber que contas foram feitas para esta aceitação imediata. Aproveitou ainda para perguntar qual o custo da manutenção do Jardim de Infância e EBI da Chamusca e de todas as escolas do primeiro ciclo e pré-escolar do Concelho. -----

--Qual o valor previsto para adequar todos estes equipamentos com material didático necessário? -----

--Como é que o Município chegou à conclusão que tem competências para este compromisso, de facto sabe-se que em dois mil e vinte e um as transferências são efetuadas mas até lá haverá tempo para pensar e estudar certas realidades que não foram de todo analisadas. -----

--Perguntou ainda qual a situação da Carta Educativa e do Projeto Educativo Municipal. -----

--Retornando ao decreto-lei salienta que dentro da requalificação de edifícios a única alínea julga adequar-se ao nosso Agrupamento é a remoção de materiais



potencialmente nocivos à saúde humana. -----

--Retomando a palavra o Senhor Presidente da Câmara destacou que a gestão dos edifícios escolares do Concelho é feita pelo Município pelo que neste caso acresce somente a escola sede, a origem desta mudança resultada do esclarecimento necessário através dos diversos contactos e conversações. -----

--Intervindo o Eleito José Joaquim de Jesus Braz disse que as apreensões que têm se estendem a muitos, inclusive o Senhor Presidente da República, aquando da promulgação da lei, identificou publicamente uma série de riscos já outrora abordados pela CDU perante a Assembleia Municipal. -----

--Não acreditando em promessas, apesar de respeitarem o otimismo do Senhor Presidente da Câmara e a grande aposta do PS nesta política de descentralização, e enumerando diversas situações preocupantes confirma que a sua bancada continua a sustentar a política de regionalização em que as competências devem corresponder aos investimentos concretos. -----

--Terminou assegurando que enquanto não lhes garantirem que as transferências de verbas correspondem a todas as necessidades de investimento e de custo não aceitam as transferências por uma questão de princípio, de coerência e responsabilidade. -----

--Pela Coligação Chamusca é o Meu Partido, Silvina Maria Frias Fernandes, concordando com o exposto pelo antecedente orador, sentindo-se até surpreendida com o proposto, acrescentou estar certa de que em três meses não houveram grandes mudanças e que a assinatura de um protocolo não deve mudar opiniões, pelo que seria mais honesto por uma questão de princípio e de palavra manter-se a situação atual. --

--Nuno Jorge Lino Mira, PS, afirmando que a transferência de competências para as autarquias locais é debatida há longos anos, sabendo-se que não houveram desenvolvimentos por ser um processo muito complexo e moroso que requer o aprumo de todas as entidades. -----



12
X
7

--Ora se em dois mil e vinte e um todas as competências vão ter que ser recebidas atenta que o Município aceitando-as agora demonstra capacidade para as assumir, sendo que posteriormente e atempadamente fará as atinentes negociações de valores com o Governo. -----

--Ressalvando o Senhor Presidente da Assembleia que após as negociações tudo terá que ser presente novamente à deliberação deste Órgão. -----

--Maria Manuela Luz Marques, CDU, não lhe parece ser correto o aceitar agora e negociar depois, em sua opinião a análise da matéria e o cálculo das verbas, com o máximo cuidado, ponderação e maior exatidão possível seria fundamental para as negociações. -----

--Pensa que sobre a educação a mudança de opinião está relacionada com a assinatura do protocolo que os leva a crer que detêm as condições todas para assumir a transferência, quanto à saúde não compreende pois apenas existe um projeto em fase de remodelação, tendo inclusivamente o Senhor Presidente da Câmara ter dito na altura que não aceitava cheques em branco sem saber os custos de manutenção do edifício planeado. -----

--Esclareceu o eleito Nuno Jorge Lino, Mira, PS, que ao aceitarem as competências não estão a aceitar valores mas sim a mandar que o Senhor Presidente da Câmara faça as negociações dos valores a transferir para o Município em troca da dita transferência. Silvina Maria Frias Fernandes, Coligação Chamusca é o Meu Partido, referiu não estar em causa a legitimidade do protocolo mas sim a sua falta de sentido. -----

--Passando-se de imediato à votação das alíneas referentes às transferências de competência, ocorreu: -----

--a) Justiça, nos termos do Decreto-lei n.º 101/2018, de 29 de novembro – **Aprovada** por maioria, com sete votos contra (três da Coligação Chamusca é o Meu Partido e quatro da CDU), treze a favor dos restantes eleitos e em minuta para efeitos imediatos.



Assembleia Municipal de Chamusca

--b) *Estacionamento Público, nos termos do Decreto-lei n.º 107/2018, de 29 de novembro – **Aprovada** por maioria, com sete votos contra (três da Coligação Chamusca é o Meu Partido e quatro da CDU), treze a favor dos restantes eleitos e em minuta para efeitos imediatos.* -----

--c) *Educação nos termos do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro – **Aprovada** por maioria, com oito votos contra (quatro da Coligação Chamusca é o Meu Partido e quatro da CDU), doze a favor da Bancada do PS e em minuta para efeitos imediatos.* -

--d) *Saúde nos termos do Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30/01/2019 – **Aprovada** por maioria, com sete votos contra (três da Coligação Chamusca é o Meu Partido e quatro da CDU), treze a favor dos restantes eleitos e em minuta para efeitos imediatos.* -----

--5– *Transferência de Competências para as Entidades Intermunicipais para ano de 2020 nas seguintes áreas sectoriais:* -----

--Nada advindo a Assembleia Municipal deliberou: -----

--a) *Justiça nos termos do Decreto-Lei n.º 101/2018, de 29 de novembro – **Aprovada** por maioria, com seis votos contra (dois da Coligação Chamusca é o Meu Partido e quatro da CDU), catorze a favor dos restantes eleitos e em minuta para efeitos imediatos.* ----

--b) *Associações de Bombeiros nos termos do Decreto-Lei n.º 103/2018, de 29 de novembro – **Aprovada** por maioria, com quatro votos contra da bancada da CDU e dezasseis a favor do restante Plenário e em minuta para efeitos imediatos.* -----

--c) *Educação (DL n.º 21/2019, de 30/01/2019) – **Aprovada** por maioria, com seis votos contra (dois da Coligação Chamusca é o Meu Partido e quatro da CDU), catorze a favor dos restantes eleitos e em minuta para efeitos imediatos.* -----

--d) *Saúde (DL n.º 23/2019, de 30/01/2019) – **Aprovada** por maioria, com seis votos contra (dois da Coligação Chamusca é o Meu Partido e quatro da CDU), catorze a favor dos restantes eleitos e em minuta para efeitos imediatos.* -----

--6 – *Transferência de Competências dos Municípios para os Órgãos das Freguesias –*



Proposta de Deliberação de não transferir as competências apresentadas no n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 57/2019 de 30 de abril, por não se encontrarem reunidas as condições para a sua implementação. -----

*--Sem interferências o ponto foi votado e **Aprovado** por unanimidade. -----*

*--7 – **Regulamento do Mercado Municipal da Chamusca.** -----*

--Celina Raquel Bacalhau de Moura, PS, ausentou-se da sala explicando não poder participar na discussão, nem votação do documento por ter feito parte da sua elaboração. -----

--Pela CDU, Maria Manuela Luz Marques questionou se os Senhores Presidentes de Junta e União de Freguesias foram auscultados neste processo e tendo em conta os pequenos produtores agrícolas do Concelho perguntou se não poderia estar previsto no Regulamento lugares de terrado e se será possível terem no interior do mercado um regime diário de ocupação. -----

--Tratando-se de um regulamento que esteve em consulta prévia e discussão pública, onde todos puderam intervir, considera o Senhor Presidente da Câmara que as respostas para estas questões estão explanadas no próprio documento, no entanto assentiu existirem lugares diários para os produtores locais. -----

*--Comunicando a ausência momentânea de dois eleitos o Senhor Presidente a Assembleia Municipal colocou o documento à votação o qual foi **Aprovado**, por unanimidade de presenças, e em minuta para efeitos imediatos. -----*

*--8 – **Plano Estratégico de Reabilitação Urbana (PERU) da ARU do Arripiado.** -----*

*--Registada a ausência temporária, da sala, do Eleito Bruno Miguel Marques Oliveira, PS, e nada mais advindo o ponto foi colocado à votação e **Aprovado** por unanimidade de presenças e em minuta para efeitos imediatos. -----*

*--**Protocolos de Colaboração Administrativa e Financeira (Transportes Escolares – ano letivo 2019/2020) entre o Município da Chamusca:** -----*



Assembleia Municipal de Chamusca

--Não levantando questões a Assembleia Municipal deliberou por unanimidade **Aprovar** os protocolos que se especificam. -----

--a) Freguesia de Vale de Cavalos; -----

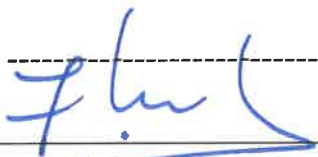
--b) Freguesia de Carregueira; -----

--c) União das Freguesias de Parreira e Chouto. -----

--Consultado o público sobre possíveis intervenções, nada ocorreu. -----

--O suporte digital encontra-se, como habitualmente no Gabinete da Assembleia Municipal para eventuais consultas e continuará a servir de apoio à ata, pelo que há partes em que apenas são feitas referências sumárias das intervenções realizadas no decorrer dos trabalhos. O suporte digital desta sessão será denominado de Sessão Ordinária de Setembro de 2019. -----

--Nada mais surgindo o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a Sessão Ordinária desta Assembleia Municipal, da qual se lavrou a presente Ata que, conjuntamente com os Senhores Presidente da Mesa e Segundo Secretário passo a assinar. -----


João João Fernando
